

Sumário

TÍTULO I

Teoria Geral do Processo Civil

CAPÍTULO 1 – DO ESTADO SOCIAL DEMOCRÁTICO DE DIREITO	3
1. Caracterização	3
2. Importância do Processo Civil	4
CAPÍTULO 2 – DA AÇÃO	6
1. Introdução	6
1.1. Importância	6
1.2. Proibição à Autotutela	6
1.3. Provocação do Poder Judiciário	6
1.4. Pluralidade Conceitual	7
2. Conceito	8
2.1. Lide	8
2.2. Direito Público	9
2.3. Subjetivo	9
2.4. Abstrato	9
2.5. Jurisdição	10
2.6. Processo Civil	10
CAPÍTULO 3 – DA JURISDIÇÃO	12
1. Introdução	12
2. Conceito	12
2.1. Identificação da Lide Concreta	12
2.2. Resolução	13
2.3. Coerção	14
2.4. Exclusividade	15
3. Espécies de Jurisdição	16
CAPÍTULO 4 – DO PROCESSO	17
1. Introdução	17
2. Conceito	18

2.1.	Finalidade	18
2.2.	Lógica	19
2.3.	Atos Jurídicos	19
2.4.	Oportunização	19
3.	Espécies de Processo	20
3.1.	Introdução	20
3.1.1.	Conhecimento	21
3.1.2.	Execução	22
3.1.3.	Cautelar	22
CAPÍTULO 5 – DO PROCEDIMENTO		24
1.	Introdução	24
2.	Conceito	25
2.1.	Relação Jurídica Processual	25
2.1.1.	Conceito	25
2.1.2.	Autonomia	25
2.1.3.	Pressupostos Processuais	25
2.1.4.	Intervenientes	26
2.1.5.	Manifestações das Partes	26
2.2.	Especificação e Concretização	27
2.3.	Encadeamento	27
2.4.	Materialização do Processo	28
3.	Espécies	28
3.1.	Procedimento Comum	29
3.1.1.	Ordinário	29
3.1.2.	Sumário	30
3.2.	Procedimento Especial	31
CAPÍTULO 6 – DOS PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL		32
1.	Introdução	32
2.	Conceito	32
2.1.	Conteúdo Basilar	32
2.2.	Caráter Legal e Supralegal	32
2.3.	Concretização da Vontade Social	33
3.	Rol	34
3.1.	Igualdade ou Isonomia	34
3.2.	Princípio Dispositivo	38
3.3.	Devido Processo Legal	39
3.4.	Contraditório e Ampla Defesa	43
3.5.	Juiz Natural	46
3.6.	Impulso Oficial	48

3.7. Duplo Grau de Jurisdição	48
3.8. Publicidade e Motivação	49
3.9. Razoável Duração e Efetiva Celeridade do Processo	51
3.9.1. Economia Processual	51
3.10. Lealdade e Boa-fé	52
3.11. Princípios Relacionados às Provas	53
3.11.1. Imediatidade	53
3.11.2. Oralidade	54
3.11.3. Identidade Física do Juiz. Art. 132 do CPC	54
CAPÍTULO 7 – DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À APLICAÇÃO DA JURISDIÇÃO	55
1. Conceito	55
2. Espécies	55
2.1. Magistratura	55
2.1.1. Auxiliares da Justiça	57
2.1.1.1. Conceito	57
2.1.2. Espécies	57
2.2. Advocacia	58
2.2.1. Advocacia Privada	59
2.2.2. Advocacia Pública	59
2.2.2.1. Advocacia Pública em Sentido Estrito	59
2.2.2.2. Defensoria Pública	60
2.3. Ministério Público	62

TÍTULO II

A Cognição no Processo de Conhecimento

CAPÍTULO 1 – FASE POSTULATÓRIA	67
1. Introdução	67
1.1. Petição Inicial	68
1.1.1. Introdução	68
1.1.2. Cuidados com a Ação	68
1.1.2.1. Condições da Ação	68
1.1.2.2. Elementos da Ação	69
1.1.2.3. Classificação das Ações	71
1.1.3. Cuidados com o Processo	72
1.1.3.1. Pressupostos Processuais	72
1.1.3.2. Classificação	73
1.1.4. Cuidados com o Procedimento	74
1.1.4.1. Espécies de Procedimento	74
1.1.4.2. Escolha	77

1.1.5.	Atos e Prazos Processuais	78
1.1.5.1.	Forma	78
1.1.5.2.	Espécies	79
1.1.5.3.	Lugar e Horário	79
1.1.5.4.	Comunicação	79
1.1.5.5.	Prazo	80
1.1.5.6.	Nulidades	82
1.1.6.	Requisitos da Petição Inicial	83
1.1.6.1.	Introdução	83
1.1.6.2.	Endereçamento	84
1.1.6.3.	Preâmbulo	89
1.1.6.4.	Causa de Pedir	93
1.1.6.5.	Fundamentação Jurídica	94
1.1.6.6.	Pedido	95
1.1.6.7.	Provas	100
1.1.6.8.	Valor da Causa	101
1.1.6.9.	Procuração	102
1.1.6.10.	Custas e Despesas Processuais	103
1.1.7.	Formação, Suspensão e Extinção do Processo	107
1.1.7.1.	Formação	107
1.1.7.2.	Suspensão	107
1.1.7.3.	Extinção	108
1.1.8.	Modelo de Petição Inicial	108
1.1.8.1.	Introdução	108
1.1.8.2.	Fórmula	109
1.2.	Despacho Inicial	111
1.2.1.	Inépcia da Petição Inicial	111
1.2.2.	Prescrição	112
1.2.3.	Improcedência Liminar	112
1.2.4.	Citação	113
1.2.4.1.	Conceito	113
1.2.4.2.	Importância	113
1.2.4.3.	Espécies	113
1.2.4.4.	Efeitos	114
1.2.4.5.	Intimação	114
1.2.4.6.	Cartas	114
1.3.	Defesas do Réu	114
1.3.1.	Introdução	114
1.3.2.	Espécies de Respostas	115
1.3.3.	Prazo e Forma	115

1.3.4.	Inércia e Revelia	115
1.3.4.1.	Curador Especial	116
1.3.5.	Resposta de Submissão do Réu ou Reconhecimento Jurídico do Pedido	117
1.3.5.1.	Desistência	118
1.3.5.2.	Renúncia	118
1.3.5.3.	Sucumbência	118
1.3.5.4.	Modelos	118
1.3.6.	Respostas de Ataque do Réu	120
1.3.6.1.	Contestação	121
1.3.6.2.	Exceções	132
1.3.6.3.	Impugnações	140
1.3.6.4.	Reconvenção	147
1.3.6.5.	Ação Declaratória Incidental	151
1.4.	Providências Preliminares	157
1.4.1.	Introdução	157
1.4.2.	Hipóteses e Procedimentos	157
1.4.3.	Réplica	157
1.4.4.	Modelo	158
1.4.4.1.	Introdução	158
1.4.4.2.	Fórmula de Réplica	158
2.	Julgamento Conforme o Estado do Processo	165
2.1.	Introdução	165
2.2.	Espécies	165
2.2.1.	Extinção do Processo	166
2.2.1.1.	Falta de Condições da Ação ou Pressupostos Processuais	166
2.2.1.2.	Reconhecimento Jurídico do Pedido, Renúncia, Transação e Prescrição	166
2.2.1.3.	Modelo	167
2.2.2.	Do Julgamento Antecipado da Lide	169
2.2.2.1.	Modelo	170
CAPÍTULO 2 – FASE DE SANEAMENTO		172
1.	Introdução	172
2.	Audiências	172
3.	Audiência Preliminar	172
3.1.	Modelo	173
3.1.1.	Introdução	173
3.1.2.	Fórmula de Petição Indicando Assistente Técnico e Formulando Quesitos	173

CAPÍTULO 3 – FASE INSTRUTÓRIA	176
1. Introdução	176
2. Teoria Geral das Provas	176
2.1. Importância	176
2.2. Classificação	177
2.3. Objeto	177
2.3.1. Desnecessidade de Prova	177
2.4. Finalidade e Destinatário	177
2.5. Poderes Instrutórios do Juiz	178
2.6. Distribuição dos Ônus da Prova	178
2.7. Meios de Prova	178
2.8. Rol	179
2.9. Procedimento	179
2.10. Local e Colaboração para Realização	179
3. Prova Documental	180
3.1. Introdução	180
3.2. Conceito	180
3.3. Eficácia	180
3.4. Momento. Documento Preexistente e Documento Novo	181
3.5. Força Probante Idêntica	181
3.6. Incidente de Falsidade	182
3.6.1. Cabimento	182
3.6.2. Procedimento	182
3.6.2.1. Modelo	183
3.7. Da Exibição de Documento ou Coisa	185
3.7.1. Cabimento	185
3.7.2. Espécies	185
3.7.3. Procedimento do Incidente em Face da Parte Contrária	186
3.7.4. Procedimento do Incidente em Face de Terceiro	186
3.7.5. Modelo	186
3.7.5.1. Introdução	186
3.7.5.2. Fórmula de Exibição de Documento	187
4. Prova Pericial	188
4.1. Cabimento, Objeto e Espécies	188
4.2. Procedimento	189
4.3. Efeitos	189
4.4. Inspeção Judicial	189
4.5. Modelo	190
4.5.1. Introdução	190
4.5.2. Fórmula de Impugnação de Laudo Pericial e Apresentação de Quesitos Elucidativos	190

5. Audiência de Instrução e Julgamento	192
5.1. Ato Complexo	192
5.2. Características	192
5.3. Prova Oral	193
5.3.1. Depoimento Pessoal	193
5.3.1.1. Conceito e Procedimento	193
5.3.1.2. Da Confissão	193
5.3.2. Prova Testemunhal	194
5.3.2.1. Conceito	194
5.3.2.2. Quem Pode Ser	194
5.3.2.3. Deveres e Direitos	195
5.3.2.4. Momento de Requerimento	195
5.3.2.5. Ordem, Forma de Oitiva e Intimação da Testemunha	195
5.3.2.6. Testemunha Referida e Acareação	196

CAPÍTULO 4 – FASE DECISÓRIA **197**

1. Sentença	197
1.1. Conceito	197
1.2. Espécies e Requisitos	197
1.3. Momento de Prolação	198
1.4. Congruência	198
1.5. Nulidades e Defeitos da Sentença	198
1.6. Espécies	199
1.7. Eficácia	199
1.8. Fase de Cumprimento	199
1.9. Modelos	200
1.9.1. Introdução	200
1.9.2. Fórmula de Sentença de Procedência	200
1.9.3. Fórmula de Sentença de Improcedência	203
1.9.4. Fórmula de Sentença de Extinção sem Resolução e com Resolução	204
2. Coisa Julgada	206
2.1. Conceito	206
2.2. Espécies	206
2.3. Limites Objetivos e Subjetivos	207

TÍTULO III

Recursos

CAPÍTULO 1 – TEORIA GERAL DOS RECURSOS **211**

1. Introdução	211
2. Conceito, Natureza Jurídica e Classificação	212

2.1.	Conceito	212
2.2.	Natureza Jurídica	213
2.3.	Classificação	214
3.	Princípios Fundamentais dos Recursos	216
3.1.	Princípio do Duplo Grau de Jurisdição	217
3.2.	Princípio da Taxatividade	217
3.3.	Princípio da Singularidade, Unirrecorribilidade ou Unicidade	217
3.4.	Princípio da Fungibilidade	218
3.5.	Princípio da Voluntariedade	219
3.6.	Princípio da Dialecticidade	220
3.7.	Princípio da Irrecorribilidade em Separado das Decisões Interlocutórias	220
3.8.	Princípio da Complementaridade	221
3.9.	Princípio da Proibição da <i>Reformatio in Pejus</i>	221
3.10.	Princípio da Consumação ou Proibição da Variabilidade dos Recursos	222
4.	Juízo de Admissibilidade dos Recursos e Juízo de Mérito	223
5.	Pressupostos de Admissibilidade do Recurso	224
5.1.	Pressupostos Intrínsecos	225
5.2.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	226
5.3.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	226
5.4.	Pressupostos Extrínsecos	226
5.5.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	228
5.6.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	229
6.	Efeitos dos Recursos	229
6.1.	Efeito Devolutivo	230
6.2.	Efeito Suspensivo	231
6.3.	Efeito Translativo	232
6.4.	Efeito Expansivo	234
6.5.	Efeito Substitutivo	234
6.6.	Efeito Ativo ou Antecipativo	235
7.	Prazos dos Recursos	236
7.1.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	237
8.	Atos Sujeitos a Recurso	237
8.1.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	238
9.	Defeitos das Decisões: <i>Error in Procedendo</i> e <i>Error in Judicando</i>	238
10.	Reexame Necessário, Pedido de Reconsideração, Correição Parcial	239
10.1.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	241
10.2.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	241
11.	Recurso Adesivo	241
CAPÍTULO 2 – DOS RECURSOS EM ESPÉCIE		245
1.	Introdução	245
2.	Apelação	246

2.1.	Conceito e Cabimento	246
2.2.	Efeitos	247
2.3.	Procedimento	249
2.4.	Súmula do Supremo Tribunal Federal	250
2.5.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	250
2.6.	Modelo	251
2.7.	Julgado – RT 807/403	255
3.	Agravo	258
3.1.	Conceito e Cabimento	258
3.2.	Agravo Retido	259
3.3.	Agravo Retido Interposto Oralmente	260
3.4.	Agravo de Instrumento	260
3.4.1.	Efeitos	262
3.4.2.	Procedimento do Agravo de Instrumento	262
3.5.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	263
3.6.	Outros Agravos	263
3.6.1.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	264
3.6.2.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	264
3.7.	Modelo	265
3.7.1.	Agravo de Instrumento	265
3.7.2.	Julgado – RT 807/249	268
3.7.3.	Agravo Inominado	270
3.7.4.	Julgado – RT 795/362	273
4.	Embargos Infringentes	275
4.1.	Conceito e Cabimento	275
4.2.	Efeitos	277
4.3.	Procedimento	277
4.4.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	278
4.5.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	279
4.6.	Modelo	279
4.7.	Julgado – Site Tribunal de Justiça do Paraná – www.tj.pr.gov.br	286
5.	Embargos de Declaração	290
5.1.	Conceito e Cabimento	290
5.2.	Efeitos	291
5.3.	Procedimento	292
5.4.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	294
5.5.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	294
5.6.	Modelo	294
5.6.1.	Embargos de Declaração – Omissão de Tese	294
5.6.1.1.	Julgado – RT 786/431	295
5.6.2.	Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes contra Acórdão	296

5.6.3. Julgado – Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – www.tj.rs.gov.br	299
6. Recurso Ordinário Constitucional	301
6.1. Conceito e Cabimento	301
6.2. Efeitos	303
6.3. Procedimento	304
6.4. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	304
6.5. Modelo	305
6.6. Julgado – RT 775/174	308
7. Recurso Especial e Extraordinário	311
7.1. Recurso extraordinário	311
7.1.1. Conceito e Cabimento	311
7.1.2. Repercussão Geral	315
7.1.3. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	319
7.1.4. Modelo	319
7.1.5. Julgado – RT 807/193	325
7.2. Recurso Especial	332
7.2.1. Conceito e Cabimento	332
7.2.2. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	335
7.2.3. Modelo	336
7.2.4. Julgado – RT 807/219	340
7.3. Efeitos dos Recursos Extraordinário e Especial	346
7.4. Procedimento dos Recursos Extraordinário e Especial	347
7.5. Recurso Extraordinário e Especial Retidos	350
7.6. Agravo de Instrumento contra a Decisão Denegatória do Processamento dos Recursos Extraordinário e Especial	351
7.6.1. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	354
7.6.2. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	354
7.6.3. Modelo	355
7.6.4. Julgado – Superior Tribunal de Justiça – www.stj.gov.br	360
8. Embargos de Divergência	363
8.1. Conceito e Cabimento	363
8.2. Efeitos	365
8.3. Procedimento	366
8.4. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	366
8.5. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	367
8.6. Modelo	367
8.7. Julgado – RT 810/168	373
Bibliografia	379